

IMPLICAÇÕES ÉTICAS NA ORDEM DE NÃO REANIMAR EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Arley Ribeiro Nunes¹, Natália Evelyn da Silva Brito², Maicon de Araujo Nogueira³, Antonia Margareth Moita Sá⁴

¹E-mail: anunes03@gmail.com; ²E-mail: nathbrito345@gmail.com; ³E-mail: profmaiconnogueira@gmail.com; ⁴E-mail: margarethmsa@gmail.com

Introdução: A ressuscitação cardiopulmonar (RCP) não está indicada para todos os pacientes que apresentam Parada Cardiorrespiratória (PCR), podendo ser recusada pelos pacientes e seus responsáveis. Ordem de Não Reanimar (ONR) consiste na autorização do paciente, cônjuge ou dos familiares para a não reanimação em caso de PCR. A decisão de não reanimar é adotada pelo médico após ponderação dos riscos e benefícios junto à equipe multidisciplinar. Nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), há uma diferença entre óbito e PCR. Os termos distinguem-se pela decisão (ou não) de reanimação. Quando um paciente recebe um diagnóstico no qual não há possibilidades de cura, a equipe avalia que a prioridade, não utilizando mais os recursos para manutenção de vida. No prontuário consta o registro e a orientação da conduta de ONR e conforto comunicada a equipe, que significa não realizar procedimentos visando cura, não cabendo RCP nos casos de PCR. **Objetivo:** mapear a produção de conhecimento e tecer considerações sobre as principais atualizações e recomendações disponíveis na literatura para o manejo e condutas diante de paciente em Parada Cardiorrespiratória (PCR) com Ordem de Não Reanimar (ONR) em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). **Material e Método:** revisão narrativa da literatura. A fonte de informação foi composta por publicações relevantes da literatura, realizada nos meses de junho a julho de 2021, a partir da síntese narrativa das evidências sobre as atualizações contidas nas principais diretrizes e recomendações oficiais divulgadas pelos órgãos vinculados à área da saúde brasileira e internacional. **Resultados e Discussão:** os resultados apontaram para dificuldade dos médicos e profissionais da saúde em falar sobre o assunto, porém, verificou-se que estes acreditam na autonomia do paciente como fator fundamental para o processo de decisão, assim como a participação de familiares e equipe multidisciplinar. **Conclusão:** o consentimento para a implementação da ONR deve ser uma decisão conjunta, no qual, o objetivo, deverá sempre oferecer o melhor para o paciente e seus familiares, sustentando tal decisão em preceitos éticos. O respeito pela dignidade e autonomia do paciente é o fator principal que deve ser considerado na tomada de decisão, não apenas para a implementação da ONR, mas para todo procedimento que poderá ser realizado no paciente. **Implicações para a enfermagem:** No cenário brasileiro, ainda não existe uma tradição que valoriza a autonomia do paciente, como acontece em outros países, e, portanto, a decisão final, muitas vezes, acaba sendo tomada pela equipe médica e equipe multidisciplinar, que busca na maioria das vezes atender aos princípios éticos para garantir maior bem estar e qualidade de vida ao paciente e seus familiares, bem como, a terminalidade da vida com mínimo de desconforto, dor e sofrimento, tornando-se um espaço para o debate em enfermagem. **Descritores:** Cuidado Intensivo. Morte. Ressuscitação cardiopulmonar.